



ANEXO II

INDICADOR GLOBAL

Finalidade	Fórmula de Cálculo	Meta Global Fixada	Meta Global Atingida	Parcela Institucional da GDAFAZ		Resultado Final do MF (Número de Pontos Obti- dos)
				Resultado Global	Número de Pontos Obti- dos	
Avaliar o cumprimento das metas de desempenho institucional.	Resultado Global = (P+C+S+R+E) / nº total de servidores PECFAZ Onde: P = % médio de realização meta PGFN x nº de servidores PECFAZ na PGFN; C = % médio de realização meta COAF x nº de servidores PECFAZ no COAF; S = % médio de realização metas SPOA x nº de servidores PECFAZ na SPOA/CARF/SAIN/STN/SPE/SEAE/GMF/SE/CONFZAF; R = % médio de realização meta RFB x nº de servidores PECFAZ na RFB; E = % médio de realização meta ESAF x nº de servidores PECFAZ.	75%	107,18%	Acima de 74,9%	80	80
				70% a 74,9%	75	
				65% a 69,9%	70	
				60% a 64,9%	65	
				50% a 59,9%	60	
				40% a 49,9%	50	
				30% a 39,9%	40	
				20% a 29,9%	30	
				0% a 19,9%	25	

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL  
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO PIAUÍ  
ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

Exclui sujeito passivo do Parcelamento Excepcional de que trata a Medida Provisória nº 303/2006(PAEX).

A PROCURADORA DA FAZENDA NACIONAL, abaixo identificada, em exercício na Procuradoria da Fazenda Nacional no Piauí, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto nos artigos 1º e 7º da Medida Provisória nº 303, de 19 de junho de 2006, e artigos 6º e 13 da Portaria Conjunta nº 1, de 3 de janeiro de 2007, declara:

Art. 1º Ficam excluídos do Parcelamento especial (PAEX) de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 26 de junho de 2006, de acordo com o seu art. 7º, as pessoas jurídicas relacionadas no anexo único a este Ato Declaratório (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de dois meses consecutivos ou alterados sem recolhimento das parcelas do PAEX ou com recolhimento parcial.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal (SRF) na internet, no endereço [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br), com a utilização da senha PAEX.

Art. 3º é facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contados da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Procurador da Fazenda Nacional, na Praça Marechal Deodoro, S/N - Centro - Teresina - PI.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do PAEX será definitiva.

Art. 5º O presente Ato Declaratório entre em vigor na data de sua publicação.

Anexo Único do Ato declaratório Executivo PFN/PI/DAU nº 01, de 13 de dezembro de 2012.

ANA CRISTINA ADAD ALENCAR

ANEXO ÚNICO

Relação de CNPJ das pessoas excluídas do Parcelamento Excepcional (PAEX)

63.513.436/0001-02,	63.526.750/0001-11,	63.528.202/0001-20,	69.399.004/0001-90,	69.602.589/0001-02,	69.603.116/0001-11,	69.603.983/0001-57,	69.611.838/0001-18,	69.612.190/0001-02,	69.603.663/0001-96,	73.908.634/0001-10,	01.359.134/0001-66,	04.931.639/0001-41
---------------------	---------------------	---------------------	---------------------	---------------------	---------------------	---------------------	---------------------	---------------------	---------------------	---------------------	---------------------	--------------------

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL EM MINAS GERAIS  
PROCURADORIA SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM PATOS DE MINAS  
ATO DE EXCLUSÃO Nº 2, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

Torna parcialmente sem efeito o Ato de Exclusão nº 1/PSFN/PATOS, de 26 de novembro de 2012, referente ao Parcelamento Excepcional (Paex), de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006.

A PROCURADORA-SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM PATOS DE MINAS, no uso de suas atribuições, comunica terem sido identificados os pagamentos das parcelas consideradas em atraso, e, conseqüentemente, torna sem efeito o Ato de

Exclusão nº 1/PSFN/PATOS, de 26 de novembro de 2012, referente ao processo administrativo 15157.000432/2012-56, em relação ao contribuinte ROBSON FONSECA SANTOS & CIA LTDA, CNPJ 03.014.634/0001-91.

MARIA DA GLÓRIA VIEIRA MOREIRA

BANCO DO BRASIL S/A  
DIRETORIA DE MARKETING E COMUNICAÇÃO  
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 21 DE SETEMBRO DE 2012

Em vinte e um de setembro de dois mil e doze, às nove horas, na sede social da empresa, no Setor Bancário Sul, Quadra 1, Bloco G, 24º andar (parte), Asa Sul - Brasília (DF), sob a presidência do Sr. Nelson Henrique Barbosa Filho, realizou-se, por teleconferência, reunião extraordinária do Conselho de Administração do Banco do Brasil S.A. (CNPJ: 00.000.000/0001-91; NIRE: 5330000063-8), tendo participado os Conselheiros Aldemir Bendine, Adriana Queiroz de Carvalho, Bernardo Gouthier Macedo, Henrique Jäger e Sérgio Eduardo Arbulu Mendonça. O Conselho de Administração decidiu aprovar a eleição das pessoas a seguir qualificadas, para cumprirem o mandato 2012/2013, nos seguintes Comitês, esclarecido que os eleitos atendem às exigências legais e estatutárias: Comitê de Remuneração Coordenador: EGIDIO OTMAR AMES, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF sob o nº 257.146.780-87, portador da Carteira de Identidade nº 200635.400-1, expedida em 11.01.2012 pela Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul. Endereço: SBS, quadra 1, bloco G, 24º andar, Brasília (DF); Membro: ALDEMIR BENDINE, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF sob nº 043.980.408-62, portador da Carteira de Identidade nº 10.126.451, expedida em 28.04.1976 pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Endereço: SBS, quadra 1, bloco G, 24º andar, Brasília (DF); Membro: HENRIQUE JÄGER, brasileiro, divorciado, economista, inscrito no CPF sob o nº 831.180.477-04, portador da Carteira de Identidade nº 17.295-2, expedida em 24.06.1988 pelo Conselho Regional de Economia do Estado do Rio de Janeiro. Endereço: SBS, quadra 1, bloco G, 24º andar, Brasília (DF); Membro: SÉRGIO EDUARDO ARBULU MENDONÇA, brasileiro, divorciado, economista, inscrito no CPF sob o nº 001.338.128-80, portador da Carteira de Identidade nº 7.226.617-X expedida em 11.11.2003 pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Endereço: SBS, quadra 1, bloco G, 24º andar, Brasília (DF); Comitê de Auditoria Indicado pelos Conselheiros de Administração eleitos pelos acionistas minoritários, na forma do artigo 33, inciso I, do Estatuto Social: Membro: HENRIQUE JÄGER, brasileiro, divorciado, economista, inscrito no CPF sob o nº 831.180.477-04, portador da Carteira de Identidade nº 17.295-2, expedida em 24.06.1988 pelo Conselho Regional de Economia do Estado do Rio de Janeiro. Endereço: SBS, quadra 1, bloco G, 24º andar, Brasília (DF); Indicados pelos Conselheiros de Administração representantes da União, na forma do artigo 33, inciso II, do Estatuto Social: Membro: ANTONIO CARLOS CORREIA, brasileiro, casado, engenheiro, inscrito no CPF sob o nº 339.336.937-72, portador da Carteira de Identidade nº 3.146.674, expedida em 06.04.2010 pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. Endereço: SBS, quadra 1, bloco G, 24º andar, Brasília (DF); Membro: EGIDIO OTMAR AMES, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF sob o nº 257.146.780-87, portador da Carteira de Identidade nº 200635.400-1, expedida em 11.01.2012 pela Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul. Endereço: SBS, quadra 1, bloco G, 24º andar, Brasília (DF). O Sr. Egidio Otmar Ames atuará como Coordenador do Comitê de Auditoria até a eleição do quarto membro do Colegiado. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual eu, ass.) Luiz Cláudio Ligabue, Secretário, mandei lavrar esta ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos conselheiros. Ass.) Nelson Henrique Barbosa Filho, Aldemir Bendine, Adriana Queiroz de Carvalho, Bernardo Gouthier Macedo, Henrique

Jäger e Sérgio Eduardo Arbulu Mendonça. ESTE DOCUMENTO É PARTE TRANSCRITA DO LIVRO Nº 27 PÁGS 38 E 39 Atestamos que este documento foi submetido a exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos atos praticados consta de carta emitida à parte. Departamento de Organização do Sistema Financeiro-DEORF - 2.130.787-3 - Clisa Maira Xavier - Analista. A Junta Comercial do Distrito Federal certificou o registro em 30.11.2012 sob o número 20120928973 - Luiz Fernando P. de Figueiredo - Secretário-Geral.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES  
SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES INSTITUCIONAIS  
ATOS DECLARATÓRIOS DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012

Nº 12.727 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. PATRICK SCHECHTMANN, C.P.F. nº 302.081.618-13, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

Nº 12.728 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. MARCIO PINTO FERREIRA, C.P.F. nº 196.511.198-02, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

Nº 12.729 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. PATRICIO ISAIAS LOBOS BELMAR, C.P.F. nº 140.195.518-55, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

Nº 12.730 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza a APOEMA CAPITAL PARTNERS - GESTÃO DE RECURSOS LTDA, C.N.P.J. nº 15.754.487, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

Nº 12.731 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza a GEF BRASIL INVESTIMENTOS LTDA, C.N.P.J. nº 16.712.461, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

Nº 12.732 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. LÚCIANO LEMES, C.P.F. nº 030.151.216-77, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos no artigo 27 da lei nº 6.385/76, de 07 de dezembro de 1976.

Nº 12.733 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza a REFERÊNCIA GESTÃO E RISCO LTDA., C.N.P.J. nº 14.261.603, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos no artigo 27 da lei nº 6.385/76, de 07 de dezembro de 1976.